

Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Diretoria de Documentação Judiciária  
**B I B L I O T E C A**

# **INFORME BIBLIOGRÁFICO**

## **SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES**

**RECIFE**

**FEVEREIRO**

**2011**

INFORMATIVO



FECHAMENTO: 07/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 09/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 018/001 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 01

## Sumário

### ATOS DO EXECUTIVO

- Certidões de dívida ativa – Protesto extrajudicial – Normas .....017
- Registro civil – Certidão de nascimento – Novo modelo .....017
- Salário-mínimo – Valor a partir de janeiro/2011 .....017

### ATOS DO LEGISLATIVO

- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – Alteração na ementa do Decreto-Lei nº 4.657/42 .....016

### ATOS INSTITUCIONAIS

- CFM: Reprodução assistida – Novas regras .....016

### DOCTRINAS

- Exceção de pré-executividade – Sua extinção após a Lei 11.382/2006 – **Demócrito Reinaldo Filho** .....016
- Novas regras para rescisão do contrato de trabalho – **Thiago Nogueira Pinho** .....009

### ESTUDO DE CASOS

- Advogado – Apropriação indébita de honorários – Responsabilidade penal .....009
- Roubo em estacionamento bancário – Responsabilidade civil .....006

### NOTICIÁRIO

#### Destaques.....003

- Caso Battisti: advogado pede que STF impugne pedido de soltura
- Custas: TJ-DFT disponibiliza novos valores em 2011
- Empréstimos: descontos em folha de pagamento ficam limitados a 30%
- Exame de Ordem: liminar que autorizava inscrição sem exame é suspensa
- Execução fiscal: fraude não exige prova de má-fé
- Fraude: cobrança judicial de benefícios é imprescritível
- Plano de saúde: migração de contrato não pode impor carência
- Sala de Estado Maior: prerrogativa somente para advogado
- Transexual: juiz permite alteração de nome no registro civil

#### Projetos de lei .....002

- Consolidação da legislação sobre atividade comercial
- Custeio, pelo SUS, de cirurgia reparadora em mulheres agredidas
- Devolução imediata para consorciado excluído
- Normatização no funcionamento de cemitérios e crematórios
- Proibição de venda de vaga na garagem de prédio
- Proteção para testemunha de CPI
- Regulamentação da atividade de perito judicial
- Saque do FGTS para tratamento de anemia falciforme

### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 30-12 a 7-1-2011 .....001

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 07/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 09/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 016/001 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 01

# TEMAS EM DESTAQUE

### PROCESSO CIVIL

#### Execução por título extrajudicial

♦ Não sendo as partes, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra, não é possível a compensação dos créditos.

#### Extinção do processo

♦ São institutos diversos a desistência, a transação e a renúncia ao direito litigioso, rendendo ensejo também a consequências processuais absolutamente distintas.

### CIVIL E COMERCIAL

#### Duplicata

♦ Em se tratando de título causal, não pode ser reconhecida como duplicata aquele que não se encontra vinculado à prestação de serviço ou compra e venda de mercadoria.

#### Seguro obrigatório

♦ As seguradoras têm o dever de indenizar os danos causados por máquina agrícola, independentemente de o veículo estar ou não licenciado.

### PENAL E PROCESSO

#### Execução penal

♦ A prática de falta grave não implica a interrupção da contagem do prazo para a obtenção dos benefícios da execução penal.

#### Violação de direito autoral

♦ Típica, antijurídica e culpável do crime de violação de direito autoral com intuito de lucro, a ação daquele que é surpreendido expondo à venda CD e DVD falsificados.

### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

#### Contrato de experiência

♦ A superveniência de acidente de trabalho, no curso de contrato de experiência, não confere ao trabalhador o direito à estabilidade provisória.

#### Empregado doméstico

♦ Na hipótese de morte do empregador doméstico, e não havendo familiares para que se estabeleça a continuidade do vínculo, a dissolução do contrato opera-se automaticamente.

### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

#### Mandado de segurança

♦ O mandado de segurança, remédio constitucional de extrema relevância e de manejo restrito a hipóteses bem delimitadas, não pode ser utilizado como sucedâneo de ação de cobrança.

#### Responsabilidade civil do Estado

♦ Compete ao Município assegurar o trânsito de pedestres nas vias urbanas, responsabilizando-se por não garantir a segurança na via pública.

### TRIBUTÁRIO

#### Execução fiscal

♦ Os juros moratórios anteriores à decretação da quebra são devidos pela massa falida, independentemente da existência de saldo para pagamento do principal.

#### Imposto de renda

♦ Os depósitos judiciais efetivados para suspender a exigibilidade do crédito tributário não são dedutíveis da base de cálculo do IRPJ antes do trânsito em julgado da demanda.

## INFORMATIVO



FECHAMENTO: 14/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 16/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 032/019 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 02

## Sumário

### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **STF:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Novos valores .....031
- **TRF-2ª R.:** Processo eletrônico – Alteração do Provimento 74/2010.....029
- **TRF-2ª R.:** Processo eletrônico – Consulta – Normas .....029

### ATOS INSTITUCIONAIS

- **CFM:** Atendimento médico – Prerrogativa de retorno à consulta.....028

### DOCTRINAS

- Aquisição de imóveis rurais no Brasil por estrangeiros – **Victor Menezes Lopes Gomes**.....027
- O centro é a questão – **Carlos Eduardo Moreira Valentim**.....026
- Projeto de Lei 5947/09 – Fim do prazo de 120 para exercício do *mandamus* – **Luiz Fernando Gama Pellegrini**.....025

### ESTUDO DE CASOS

- Jornada de trabalho – Regime 12 x 36 – Feriados trabalhados .....024
- Negócio Jurídico – Vícios de Consentimento.....022

### NOTICIÁRIO

- Destaques**.....020
- Antes da EC 45: acordo judicial não impede ação indenizatória

- Caso Abdelmassih: não cabe ao STF apreender passaporte de réu
- Caso Battisti: decisão de não extraditar italiano é contestada
- Caso Joanna Marins: TJ-RJ mantém pai de menina preso
- Código Florestal: AGU defende mudanças sobre “Reserva Legal”
- Declaração de bens: apresentação extemporânea não exclui benefício
- Identidade com chip: troca do documento começa em 17/1
- Sigilo bancário: banco é condenado por quebra de conta de ex-caixa
- Suicídio: família de trabalhador alcoólatra será indenizada

### Projetos de lei .....019

- Aposentadoria de professores aos profissionais de creches
- Concessão de empréstimos consignados a fundos previdenciários
- Distinção entre deficiência e seqüela, para fins previdenciários
- Facilidade no controle e combate à pirataria
- Isenção de IPI para deficiente auditivo, na compra de carro
- Jornada de 6 horas para empregados de lotéricas e Correios
- Prioridade, pelos planos de saúde, a crianças e adolescentes

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 14/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 16/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 032/017 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 02

# TEMAS EM DESTAQUE

### PROCESSO CIVIL

#### Ação anulatória

♦ Aquele que representa o comprador ou apenas promove a intermediação da transação não pode integrar um dos polos da ação ajuizada para anulação do contrato.

#### Embargos de Divergência

♦ O beneficiário de justiça gratuita não necessita comprovar o recolhimento do preparo para oposição de embargos de divergência.

### CIVIL E COMERCIAL

#### Código de Defesa do Consumidor

♦ A entidade responsável pela manutenção de cadastro restritivo de crédito é parte legítima para responder por registro em banco de dados de devedores sem a notificação prévia.

#### Duplicata

♦ A ausência de aceite pela sacada e de comprovante de entrega de mercadorias não obstam a execução promovida pelo banco endossatário contra a empresa sacadora e seu avalista.

### PENAL E PROCESSO

#### Prova

♦ O reconhecimento fotográfico, quando corroborado em juízo, garantido o contraditório e a ampla defesa, pode servir como meio idôneo de prova para fundamentar a condenação.

#### Violação de direito autoral

♦ O tão-só fato de estar disseminado o comércio de mercadorias falsificadas ou “pirateadas” não torna a conduta socialmente aceitável.

### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

#### Aposentadoria por invalidez

♦ A aposentadoria por invalidez suspende o contrato de trabalho em relação às obrigações principais, não havendo previsão legal de suspensão quanto às obrigações acessórias.

#### Jornada de trabalho

♦ Deve ser considerada lícita a norma coletiva que fixa o tempo a ser pago em virtude do tempo despendido pelo empregado com as horas *in itinere*.

### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

#### Concurso público

♦ A Administração Pública tem o dever de intimar pessoalmente o candidato quando há o decurso de tempo razoável entre a homologação do resultado e data da nomeação.

#### Trânsito

♦ O CTB não criou a favor das ambulâncias e afins uma espécie de isenção, prescreveu, tão somente, regras aptas a garantir a efetividade do serviço de emergência.

### TRIBUTÁRIO

#### Certidão de dívida ativa

♦ A apresentação de CDA formalmente perfeita basta à instrução do processo executivo, incumbindo ao embargante provar o excesso de execução.

#### Taxa de incêndio

♦ A cobrança da taxa de incêndio não é ilegal ou inconstitucional, no entanto, é preciso que o serviço seja prestado de forma efetiva ou, ao menos, em potencial.

## INFORMATIVO



FECHAMENTO: 21/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 23/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 048/033 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 03

## Sumário

### ATOS DO EXECUTIVO

- Segurança e medicina do trabalho – Embargos e interdições de estabelecimentos – Procedimentos .....047

### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **STJ:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Novos valores .....047
- **TRF-2ª R.:** Alvará de levantamento – Confecção, assinatura e registro .....046

### ATOS INSTITUCIONAIS

- **CNMP:** Ouvidorias – Criação .....045
- **CNMP:** Tabelas unificadas – Criação .....045

### DOCTRINAS

- Justiça desportiva: Agressão física – Jogada violenta – Ato hostil – **João Lopes** .....043
- Inadimplência não caracteriza mais justa causa para dispensa de bancário – **Rafael Cenamo Junqueira** .....042
- Sistema carcerário brasileiro: A latrina da Justiça criminal – **Luiz Flávio Gomes** .....041

### ESTUDO DE CASOS

- Banco – Cofre de aluguel – Roubo de pertences – Responsabilidade .....040
- Carta rogatória – Comparecimento espontâneo do citado – Possibilidade .....037

### NOTICIÁRIO

#### Destaques.....036

- Agravo de petição: TST decide quórum mínimo para julgamento
- Cartórios judiciais: liminar impede estatização de serventias
- Caso Battisti: parlamento europeu aprova pedido de extradição
- Documentos novos: é inadmissível a juntada em embargos de declaração
- ICMS: STJ suspende saque de R\$ 182 milhões pela Telemar
- Labor aos finais de semana: adicional deve ser mantido
- Perseguição: Brasil reconhece juiz boliviano como refugiado político
- Roubo: STJ decide sobre dispensa de perícia em arma de fogo

#### Projetos de lei .....035

- Ações para prevenção de catástrofes
- Anteprojeto para proteção de dados pessoais
- Direito de voto a servidores em eleições nos Tribunais
- Flexibilidade de transporte de arma de fogo por esportistas
- Jornada de 6 horas para operador de *telemarketing*
- Julgamento, pela Justiça Federal, de crimes praticados por milícias
- Pagamento do IR com restituição de ano anterior
- Venda antecipada de bens apreendidos por decisão judicial

#### Concursos Públicos .....033

### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 17-1 a 21-1-2011 .....033

**JURISPRUDÊNCIA**

FECHAMENTO: 21/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 23/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 048/033 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 03

**TEMAS EM DESTAQUE**
**PROCESSO CIVIL**
**Abandono da causa**

♦ A apresentação de réplica configura mera faculdade do autor, de sorte que sua ausência não autoriza a extinção do feito por abandono da causa.

**Ação de prestação de contas**

♦ Para que exista a obrigação de prestar contas, faz-se necessário que o obrigado a prestá-las exerça função de administração de bens ou interesses alheios.

**CIVIL E COMERCIAL**
**Fiança**

♦ O fiador que subscreve contrato de locação sem se declarar como casado não pode, posteriormente, alegar a nulidade da fiança com base na ausência de outorga uxória.

**Seguro**

♦ Não agastado por provas robustas o nexo de causalidade entre o estado de embriaguez do segurado e o acidente, legítimo se mostra o afastamento da cobertura securitária.

**PENAL E PROCESSO**
**Coação no curso do processo**

♦ Para configurar o crime de coação no curso do processo, basta a que a ameaça seja grave e capaz de intimidar, independentemente de o sujeito atingir o fim almejado.

**Júri**

♦ O reconhecimento da atenuante da confissão independe de qualquer juízo valorativo, bastando para a sua consideração que o acusado admita o fato criminoso ao juiz.

**TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**
**Contrato de trabalho**

♦ O empregado readmitido não tem direito de perceber o mesmo salário auferido no contrato anterior mantido com a empresa, quando reconhecido que os vínculos são distintos.

**Relação de emprego**

♦ É legítimo o reconhecimento da relação de emprego entre o militar reformado e a empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar.

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**
**Concurso público**

♦ O momento para a exigência de habilitação para o exercício do cargo, que não seja da área jurídica, dar-se-á no ato da posse e não da inscrição do concurso.

**Processo administrativo disciplinar**

♦ A absolvição criminal, que negue a existência do fato ou de sua autoria, agasta a responsabilidade administrativa, exceto se verificada falta disciplinar residual.

**TRIBUTÁRIO**
**Contribuição para o salário-educação**

♦ Associação desportiva, sem fins lucrativos, vinculada à Previdência Social e com folha de empregados, encarta-se no conceito amplo de empresa, submetendo-se à incidência do salário-educação.

**Execução fiscal**

♦ O redirecionamento da execução fiscal contra sócio-gerente precisa ocorrer no prazo de cinco anos a contar da citação da sociedade empresária.

## INFORMATIVO



FECHAMENTO: 28/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 30/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 062/049 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 04

## Sumário

### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **STJ:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Novos valores – Republicação .....061

### ATOS INSTITUCIONAIS

- **ANATEL:** Telefonia fixa – Serviço em áreas locais – Regulamentação.....059
- **CFM:** Processo ético-profissional – Defensor dativo – Nomeação, atribuições e remuneração .....059

### DOCTRINAS

- Ainda sobre a prisão civil do depositário infiel – **Antônio Marcos Batista Silva**.....059
- O filho de Elton John – **Maria Benenice Dias**.....057
- Regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – **Victor Penitente Trevizan** .....056

### ESTUDO DE CASOS

- Funcionalismo público – Irredutibilidade dos vencimentos – Condições .....055
- Guarda – Pedido formulado pelos avós – Medida excepcional – Hipóteses.....053

### NOTICIÁRIO

#### Destaques.....051

- Alimentação: integração de salário pago por terceiro é concedida
- Áreas de risco natural: MP-RJ ajuizou 21 ações antes das chuvas
- Cartórios: OAB-PR pretende ajuizar ADI para aumento de custas
- Morte de detento: repercussão geral na responsabilidade do Estado
- Plantão judiciário: advogados devem observar regras ao acesso
- Salvatore Cacciola: TJ-RJ concede progressão de regime ao ex-banqueiro
- U2: compra preferencial causa problemas na venda

#### Projetos de lei .....050

- Alteração das regras sobre dissídio coletivo
- Benefício de prestação continuada para deficientes
- Criação de Fundo para calamidades públicas
- Instalação de bicicletários perto de escolas
- Obrigatoriedade do registro de usuário em *lan houses*
- Proibição da discriminação por inadimplência, em seleção para emprego
- Recálculo da aposentadoria para quem continuar na atividade

#### Concursos Públicos .....049



## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 28/01/2011 – EXPEDIÇÃO: 30/01/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 064/049 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 04

# TEMAS EM DESTAQUE

## Processo Civil

### Embargos de terceiro

♦ O filho, integrante da entidade familiar, é parte legítima para opor embargos de terceiro, discutindo a condição de bem de família do imóvel onde reside com os pais.

### Representação processual

♦ Constitui atribuição da AGU, por intermédio dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal, a defesa em juízo e a consultoria jurídica do INSS e das demais autarquias federais.

## Civil e Comercial

### Compra e venda

♦ A venda de ascendente a descendente, sem a anuência dos demais, é anulável e depende da demonstração de prejuízo pela parte interessada.

### Seguro de vida

♦ O fato de o segurado estar em atraso com parcela do prêmio quando da ocorrência do sinistro não desobriga a seguradora do pagamento da indenização a que estava vinculada.

## Penal e Processo

### Ameaça

♦ A mera circunstância de o agente no delito de ameaça estar aparentemente embriagado não é bastante para afastar o dolo.

### Júri

♦ O desaforamento não se constitui em violação ao princípio do juízo natural, nem se trata de tribunal de

exceção, é garantia à isenção e imparcialidade do julgamento.

## Trabalho e Previdência Social

### Adicional de insalubridade

♦ A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial.

### Horas extras

♦ O labor extraordinário, que configura fato excepcional do contrato de trabalho, exige prova robusta e inequívoca de extrapolamento da jornada.

## Constitucional e Administrativo

### Habeas data

♦ A utilização do *habeas data* está diretamente relacionada à existência de uma pretensão resistida, substanciada na recusa da autoridade em responder ao pedido de informações.

### Inquérito civil

♦ Denúncia anônima não pode servir como requisito de validade para a instauração de inquérito civil.

## Tributário

### Execução fiscal

♦ A execução fiscal é o meio processual adequado para a cobrança de créditos inscritos em dívida ativa, essa definida como tributária ou não tributária.

### Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

♦ Na substituição tributária para frente o contribuinte substituto recolhe não apenas o tributo por ele devido, mas também antecipa o montante relativo à operação subsequente.



## Sumário

### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-MG:** Mandados de prisão civil – Cumprimento pelos Oficiais de Justiça .....077
- **CGJ-RJ:** Sistema extrajudicial integrado dos distribuidores extrajudiciais – Criação .....077
- **TSE:** Situação cadastral de eleitores – Prazos de cancelamento ou regularização de inscrições .....076

### DOCTRINAS

- O caso Battisti e a Corte Internacional de Justiça – **Francisco César Pinheiro Rodrigues** .....076
- O neoconstitucionalismo como realização dos direitos civis – **Alan Oliveira** .....074
- Um espaço legítimo para o simbólico no Direito Penal – **Eduardo Luiz Santos Cabette** .....073

### ESTUDO DE CASOS

- Equiparação salarial – Requisitos caracterizadores .....069
- Taxa de matrícula em universidade pública – Inconstitucionalidade .....068

### NOTICIÁRIO

- Destaques** .....066
- III Pacto Republicano: Peluso propõe assinatura ao Legislativo
- Celeridade no Mensalão: STF adota novo sistema de julgamento

- Coisa julgada: TJ-MS admite declaratória de nulidade de sentença
- HIV: hospitais são responsabilizados por erro de diagnóstico
- INSS: limite no agendamento prévio não fere prerrogativa do advogado
- “Lei da Pornografia”: TJ-MS concede liminar para invalidar texto
- Preservação ambiental: STJ decide sobre obras de empreendimento
- STF completo: Luiz Fux é mais novo ministro do Supremo
- Travestis: MP-RS realiza operação para desarticular rede de exploração

### Projetos de lei .....064

- Criação de Juizado Especial para decidir questões de família
- Dedução do IR nas doações para programas de emprego
- Facilidade para retirada de inquilino
- Limitação nas taxas de juros de crédito consignado para aposentados
- Obrigatoriedade às empresas na informação dos prazos de ações trabalhistas
- Repasse de contribuição sindical às Centrais

### Concursos públicos .....064

**JURISPRUDÊNCIA**

FECHAMENTO: 04/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 06/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 080/065 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 05

**TEMAS EM DESTAQUE**
**PROCESSO CIVIL**
**Honorários de advogado**

♦ Cabível a retenção na fonte do imposto de renda pela pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento dos honorários advocatícios.

**Preparo**

♦ Se não há a indicação correta na guia do código de receita, o que inviabiliza a identificação da veracidade do recolhimento correspondente ao processo, a consequência é a deserção.

**CIVIL E COMERCIAL**
**Condomínio**

♦ A relação locatícia não tem qualquer interferência na relação entre o proprietário do imóvel e o condomínio, sendo do proprietário a responsabilidade pelas multas.

**Interdição**

♦ A suspensão da curatela pode ser determinada no bojo de outra ação, desde que esteja configurado caso de extrema gravidade que atinja a pessoas ou os bens do curatelado.

**PENAL E PROCESSO**
**Estatuto do desarmamento**

♦ Impossível o reconhecimento de concurso formal de crimes quando o indivíduo portar duas armas no mesmo contexto.

**Execução penal**

♦ A posse isolada de um *chip* de aparelho celular não caracteriza falta grave, não podendo assim influir como obstáculo à aquisição de benefícios.

**TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**
**Auxílio-doença**

♦ Não é possível a cessação do benefício enquanto o segurado estiver incapacitado para voltar ao trabalho, motivo pelo qual não há que se fixar seu termo final.

**Responsabilidade do empregador**

♦ O reconhecimento de que o trabalhador sofrera típico acidente do trabalho atrai a presunção de culpabilidade do empregador.

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**
**Energia elétrica**

♦ O corte de fornecimento de energia elétrica pressupõe inadimplência de conta regular, isto é, a do mês do consumo.

**Fornecimento de água**

♦ Na falta do hidrômetro ou defeito no seu funcionamento, a cobrança do serviço de fornecimento de água deve ser feita pela tarifa mínima.

**TRIBUTÁRIO**
**Compensação**

♦ A compensação de débitos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública – consignados em precatório –, é condicionada à existência de lei autorizativa específica.

**Imposto de renda**

♦ A falta de retenção do imposto de renda pela fonte pagadora não exclui a responsabilidade do contribuinte, que fica obrigado a informar, na sua declaração, os valores recebidos.

# SELEÇÕES JURÍDICAS

**Adv**  
ADVOCACIA DINÂMICA

DEZEMBRO /2010



## EM FOCO

### Procuradores da Fazenda Nacional

A advocacia pública e os 30 anos da Lei de Execução Fiscal

### Golpe do emprego fácil

Promessa de recolocação profissional e o agrange abuso ao CDC

## Destques

### Revolução tecnológica

A era da informação e o mundo do trabalho

### Relação de consumo

Compra de bens para incrementar negócios da empresa

### Abandono afetivo

Reexões acerca da responsabilidade civil parental

### Responsabilidade subsidiária

Desvirtuamento do contrato de empreitada

### IRPJ

Empresa optante do Simples e a alienação de ativos



REPOSITÓRIO  
AUTORIZADO DE  
JURISPRUDÊNCIA

## SELEÇÕES JURÍDICAS

*As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.*

## REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

### **STF**

Registro nº 39/2008  
(DJE de 4-4-2008)

### **TST**

Registro nº 32/2007  
(DJ-U, 17-10-2007)

### **DOCTRINAS**

- A era da informação e o mundo do trabalho – **Amelia Cristina Oliveira Perche** ..... 1
- Os Procuradores da Fazenda Nacional: a advocacia pública e os 30 anos da Lei de Execução Fiscal – **Leon Frejda Szklarowsky**..... 9
- Reflexões acerca da responsabilidade civil parental por abandono afetivo – **Samir Nicolau Nassralla**..... 24

### **PANORAMA**

- **Jurisprudência Comentada**
- Golpe do emprego fácil: promessa de recolocação profissional e o flagrante abuso ao CDC – **Janaína Rosa Guimarães** ..... 35
- **Opinião**
- A impossibilidade jurídica do pedido no Caso Tiririca – **Alan Oliveira** ..... 39

### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

#### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- Fracionamento de precatório – Custas processuais e requisição de pequeno valor ..... 41
- Reincidência – Meio de prova ..... 43

#### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- Correção monetária negativa – Parcelas previdenciárias em atraso ..... 47
- IRPJ – Empresa optante do Simples – Alienação de ativos ..... 48

#### **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

- Desvirtuamento do contrato de empreitada – Responsabilidade subsidiária ..... 52
- Diarista – Vínculo empregatício ..... 55

PUBLICAÇÃO MENSAL

2<sup>Ano</sup>  
011

Nº 2 FEVEREIRO  
ANO XXVII

# *BDA*

## BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EDITORA  LTDA.  
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

## **DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES**

|  |            |
|--|------------|
| APONTAMENTOS DA “COAÇÃO ADMINISTRATIVA” (Heraldo Garcia Vitta) .....   | <b>145</b> |
| CONTRATOS ADMINISTRATIVOS INVÁLIDOS: A REMUNERAÇÃO E O PROCESSO DE AJUSTE DE CONTAS (Aniello dos Reis Parziale e João Gabriel Lemos Ferreira) .....  | <b>156</b> |
| TRIBUNAIS DE CONTAS E DIREITOS INDIVIDUAIS (Pedro Tavares Maluf) .....   | <b>175</b> |
| TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O IMPACTO DAS AÇÕES TRABALHISTAS (Rívia Karime de Novaes Mourão Vieira) .....   | <b>182</b> |
| PARECER JURÍDICO – Responsabilidade Solidária do Procurador Emissor – Grave Ilegalidade na Contratação de Empresa – Objeto Amplo e Alegação Imprópria de Emergência – Aplicação de Multa – Recurso de Reconsideração – Provimento Negado (Tribunal de Contas da União) .....                                 | <b>192</b> |
| CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – Distribuição dos Recursos – Cálculo dos Percentuais Individuais de Participação dos Estados e do Distrito Federal (Tribunal de Contas da União) .....   | <b>202</b> |
| ACUMULAÇÃO DE CARGOS – Deputado Federal – Presidente do Conselho Administrativo do Senar – Não-Applicabilidade das Vedações dos Incs. XVI e XVII do Art. 37 da CF – Caráter Paraestatal das Entidades do Sistema “S” – Não-Exercício de Cargo, Emprego ou Função Pública (Tribunal de Contas da União) ..... | <b>206</b> |
| SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Regulamentação do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 por Municípios e Estados-Membros – Decreto – Possibilidade (Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo) .....   | <b>226</b> |
| CONCURSO PÚBLICO – Edital de Homologação de Inscrições – Publicação em Meio Eletrônico – Possibilidade – Previsão no Instrumento Convocatório e no Regulamento Interno da Empresa – Observância aos Princípios da Publicidade e da Economicidade (Tribunal de Contas do Estado do Paraná) .....              | <b>230</b> |

## **JURISPRUDÊNCIA**

|  |            |
|--|------------|
| POLICIAL MILITAR – Lei Estadual – Dispositivo que Fixa Novos Valores para os Soldos – Ausência de Declaração de Inconstitucionalidade .....  | <b>233</b> |
| ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO – Não-Characterização – Veiculação de Placas de <i>Outdoors</i> – Parabenização dos Investigados pela Passagem de seus Natalícios – Posterior Candidatura de Dois Deles – Ocorrência de Publicidade Um Ano Antes do Período Eleitoral – Inexistência de Potencialidade Lesiva do Ato para Influir no Resultado do Pleito ..... | <b>238</b> |

|  |            |
|--|------------|
| DEMISSÃO – Servidor Público – Penalidade Aplicada por Autoridade Incompetente – Subsistência do Processo Administrativo – Legalidade – Policiais Civis – Imputação de Atos Atentatórios à Moralidade Administrativa e à Própria Segurança Pública .....  | <b>247</b> |
| SERVIDÃO ADMINISTRATIVA – Área Utilizada para Passagem de Linha de Transmissão de Energia Elétrica – Indenização – Desvalorização do Imóvel – Demonstração por Laudo Pericial  | <b>255</b> |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Demissão de Servidor – Colheita de Prova Testemunhal Realizada por Autoridade Consular e Requerida mediante Ofício – Legalidade – Ato Extrajudicial – Descabimento da Expedição da Carta Rogatória – Prevalência Abusiva da Condição de Funcionário Policial – Desnecessidade da Comprovação da Obtenção de Vantagem Ilícita – Independência das Instâncias Administrativa e Penal ..... | <b>263</b> |
| EMPRESA DE SANEAMENTO – Tratamento de Água para Fins Potáveis – Laudo Pericial – Necessidade de Profissional da Química – Responsável Técnico pela Atividade Desenvolvida .....  | <b>269</b> |

## **ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

# JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

*ANO VII*

*Nº 19*

*Periodicidade: quadrimestral*

*Tiragem: 830 exemplares*

*Impresso em janeiro de 2011*

Conselho de Supervisão da  
Infância e Juventude – CONSIJ  
Corregedoria-Geral da Justiça  
Porto Alegre, novembro de 2009.

# SUMÁRIO

## DOCTRINA

|  |    |
|--|----|
| A Medida Socioeducativa e sua Percepção Socioassistencial: Os Riscos da Revivência da Doutrina da Situação Irregular sob um Novo Rótulo – João Batista Costa Saraiva ..... | 9  |
| O Abandono Afetivo ( <i>O Pai de Kafka</i> ) como Dano Indenizável – André Luis de Moraes Pinto .....  | 25 |
| O Estatuto da Criança e do Adolescente e as Portarias Judiciais – Murillo José Digiácomo .....   | 35 |

## SENTENÇAS

|  |    |
|--|----|
| Comarca de Porto Alegre-RS – 2ª Vara da Infância e da Juventude – Ação de Adoção ..... | 43 |
|--|----|

## JURISPRUDÊNCIA

|   |    |
|---|----|
| STF – Recurso Extraordinário nº 220.123 – Rio Grande do Sul .....                 | 53 |
| Ementário Cível .....   | 55 |
| Hábeas-Córpus nº 70033738279 – 8ª Câmara Cível – Lagoa Vermelha.....              | 57 |
| Hábeas-Córpus nº 2009.063104-6 – 1ª Vara Cível – Canoinhas – Santa Catarina ..... | 61 |

## DOCTRINA ESTRANGEIRA

|   |    |
|---|----|
| Das Relações Públicas ao Neomenorismo: 20 Anos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança na América Latina (1989-2009) – Emilio García Méndez ..... | 73 |
|---|----|

**REVISTA  
CEJ**

ISSN 1414-008X  
Ano XIV  
jul./set. 2010

**Centro de Estudos Judiciários  
do Conselho da Justiça Federal**

**50**

**Brasília  
50 anos**

**A análise da Súmula 584 do Supremo Tribunal Federal**

**A importância da Lei de Inovação Tecnológica**

**Amazônia Azul, Pré-Sal, Soberania e Jurisdição Marítima**

# SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XIV, n. 50, jul./set. 2010

- DIREITO CONSTITUCIONAL**    **6**    O TRIUNFO DE SIEYÈS  
*Sièyes's triumph*  
Edilson Pereira Nobre Júnior
- 11**    O PATRIOTISMO CONSTITUCIONAL NA EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO  
*The constitutional patriotism in the effectiveness of the Constitution*  
Vinicius Silva Bonfim
- 18**    A ANÁLISE DA SÚMULA 584 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
*An overview of Abridgment of Law 584-STF*  
Eduardo Morais da Rocha
- 25**    SAÚDE: DIREITO, DEVER OU VALOR?  
*Health: prerogative, duty or value?*  
Marcelo de Oliveira Milagres
- 30**    A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS APÓS A LEI N. 11.232/2005  
*Alimony execution after Law No. 11,232/2005*  
Douglas Oliveira Freitas
- 34**    A IMPORTÂNCIA DA LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
*The importance of the Law of technological innovation*  
Reis Friede - André Carlos da Silva
- DIREITO ADMINISTRATIVO**    **40**    O DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO-AMBIENTAL NA CTNBIO E CNBS  
*The due environmental-administrative process applied both to CTNBIO and CNBS*  
Rodrigo Bousfield
- DIREITO PENAL**    **52**    PRISÕES FEDERAIS  
*State prisons*  
Élcio Arruda
- 62**    BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI N. 12.234, DE 5 DE MAIO DE 2010  
*Brief considerations on Law No. 12,234, of 5 May 2010*  
Aldo de Campos Costa
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL**    **67**    DA POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINARES EM FACE DE ENTES PÚBLICOS  
*On the possibility of the granting of preliminary injunctions in the face of public entities*  
João Carlos Leal Júnior – Janaina Hamdan – Natália Taves Pires
- 75**    CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O RELATÓRIO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL  
*Preliminary considerations on the new Civil Procedural Code draft*  
Carlos Henrique Soares
- DIREITO MARÍTIMO**    **83**    AMAZÔNIA AZUL, PRÉ-SAL, SOBERANIA E JURISDIÇÃO MARÍTIMA  
*Blue Amazon, pre-salt, sovereignty and maritime jurisdiction*  
Eliane Octaviano Martins
- DIREITO TRIBUTÁRIO**    **89**    JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL  
*Tax courts in Southern Brazil*  
Sérgio Ricardo Ferreira Mota
- INDICAÇÕES LITERÁRIAS**    **96**    O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRECAUÇÃO: COMO INSTRUMENTO DE TUTELA DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE PÚBLICA  
*Por Wladimir Passos de Freitas*
- 97**    RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO DO CONSUMIDOR E A DEFESA DO FORNECEDOR  
*Por Ruy Rosado de Aguiar Júnior*
- 98**    CRIME ORGANIZADO E PROIBIÇÃO DE INSUFICIÊNCIA  
*Por Luís Afonso Heck*

*Revista da*  
**AJURIS**  
ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

DOUTRINA NACIONAL  
DOUTRINA ESTRANGEIRA  
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA E COMENTADA  
NOTAS E RESENHAS DE LIVROS

ANO XXXVII – N° 119  
SETEMBRO DE 2010



**AJURIS**

## **DOCTRINA NACIONAL**

---

### **ALOISIO CRISTOVAM DOS SANTOS JUNIOR**

*Direitos fundamentais, proselitismo religioso e contrato de emprego* 11

---

### **DAIANE NOGUEIRA DE LIRA**

*A realização de audiência pública pelo Supremo Tribunal Federal como fator de legitimação da jurisdição constitucional* 39

---

### **INGO WOLFGANG SARLET e GIOVANI AGOSTINI SAAVEDRA**

*Constitucionalismo e democracia: breves notas sobre a garantia do mínimo existencial e os limites materiais de atuação do legislador, com destaque para o caso da Alemanha* 73

---

### **LUCAS PIZZOLATTO KONZEN**

*A eficácia jurídica do direito fundamental à moradia: uma análise da atuação dos Tribunais Brasileiros (1988-2006)* 95

---

### **PAULO CALIENDO**

*A aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica no direito tributário* 121

---

### **PAULO FERRAREZE FILHO**

*Direito à morte (?): verdades possíveis a partir do caso Ramón Sampetro* 143

---

### **RAQUEL STEIN**

*Relativização da coisa julgada e a visão dos Tribunais Superiores* 161

---

### **ROGÉRIO GESTA LEAL**

*A responsabilidade civil do estado brasileiro por omissão em face de desastres e catástrofes naturais causadoras de danos materiais e imateriais a terceiros* 185

---

## ***DOCTRINA ESTRANGEIRA***

---

**CARLOS ALBERTO GHERSI**

*Corrupción – análisis económico, social y legal*

235

---

**FRANCISCO BALAGUER CALLEJÓN**

*As relações entre o Tribunal de Justiça da UE e os Tribunais Constitucionais Nacionais dos Estados-Membros*

249

---

## ***RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS***

---

**ADALBERTO NARCISO HOMMERDING**

*Levando o direito a sério: uma crítica hermenêutica ao protagonismo judicial*

279

---

Revista de  
**DIREITO  
IMOBILIÁRIO**

Ano 33 • n. 69 • jul.-dez./ 2010

*Publicação oficial do*  
Instituto de Registro  
Imobiliário do Brasil





## I. DOCTRINA NACIONAL

1. O direito à moradia e o papel do Registro de Imóveis na regularização fundiária  
 MARCELO AUGUSTO SANTANA DE MELO..... 9
2. Breve estudo sobre a situação fundiária e registrária da Comarca de Iguape/SP  
 CÉLIO CAUS JÚNIOR..... 81
3. Transferência de posição contratual e a garantia hipotecária  
 PAULO HENRIQUE GONÇALVES PIRES ..... 151
4. Reflexões sobre a autonomia do direito urbanístico e suas interfaces com os outros ramos do direito  
 MARIANA MENCIO..... 178
5. O registro de imóveis como instrumento para a proteção e o desenvolvimento do mercado imobiliário  
 BIANCA SANT'ANNA DELLA GIUSTINA..... 206
6. Livros e classificadores obrigatórios no registro de imóveis eletrônico. A correição virtual.  
 LUCIANO LOPES PASSARELLI..... 232

## II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. A nova cidade  
 PEDRO FANDOS PONS ..... 315

## III. CONFERÊNCIAS

1. O registro de imóveis e a tutela do meio ambiente  
 ANELISE GREHS STIFELMAN..... 337

2. Desenvolvimento sustentável e registro: o crescimento econômico controlado e a ordenação do território como fatores essenciais para a estabilidade social

BELÉN MADRAZO MELÉNDEZ..... 351

## IV. JURISPRUDÊNCIA

### ÍNTEGRA

#### 1. JUSTIÇA DOS ESTADOS

##### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

CERCEAMENTO DE DEFESA – Inocorrência – Ação civil pública – Meio ambiente – Ausência de procedimento administrativo, de tentativa de conciliação e de realização de prova pericial – Providências que seriam irrelevantes para o prosseguimento do feito. RESERVA LEGAL – Imóvel rural – Obrigatoriedade de delimitação, de demarcação e de averbação no registro de imóveis de área de 20% da propriedade – Admissibilidade – Obrigação que decorre de lei – Inteligência da Lei 4.771/1965. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Meio ambiente – Reserva legal – Condenação à regeneração da área desmatada – Admissibilidade – Função social da propriedade que torna obrigatória a reparação dos danos, independente de culpa do proprietário rural – Inteligência do art. 16 da Lei 4.711/1965 – TJSP – *Ap 990.10.284984-8* – Câmara Reservada ao Meio Ambiente – v.u. – rel. Des. *Renato Nalini*..... 367

#### 2. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DE SÃO PAULO

REGISTRO DE IMÓVEIS – Parcelamento do solo urbano – Regularização – Loteamento aprovado, registrado e executado em conformidade com o projeto inicial – Não configuração de hipótese de loteamento clandestino ou irregular – Modificações posteriores que não fazem incidir o art. 38 da Lei 6.766/1979 e os itens 152 a 155 do Capítulo XX das NSCGJ. REGISTRO DE IMÓVEIS – Parcelamento do solo urbano – Alteração de loteamento – Loteamento já executado com a venda de todos os lotes – Não incidência da norma do art. 28 da Lei 6.766/1979 – Hipótese de retificação do registro imobiliário. REGISTRO DE IMÓVEIS – Parcelamento do solo urbano – Retificação do registro motivado por alterações havidas no loteamento, que

deixou de ostentar as mesmas características do parcelamento original registrado – Inviabilidade, no caso, ante a ausência de elementos de convicção que a autorizem – Não observância, ademais, do disposto no art. 213 da Lei 6.015/1973, em especial no concernente à anuência dos confrontantes, e da obtenção da necessária concordância dos proprietários particulares dos lotes – Recurso não provido – *Processo CG n. 2008/102500 (403/08-E)*. .. 374

## V. DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

REGISTRO DE IMÓVEIS – Aquisições de imóveis rurais por pessoas jurídicas brasileiras com participação majoritária estrangeira – Necessidade de observância das restrições constantes da Lei 5.709/1971 também para empresas – Conselho Nacional de Justiça – Pedido de Providências – *Corregedoria 0002981-80.2010.2.00.0000* – 5.<sup>a</sup> Câmara de Coordenação e Revisão..... 379

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... 387

DIRETORIA E CONSELHO DELIBERATIVO DO IRIB..... 393

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 395

ISSN 1678-3107

# Revista de Direito UPIIS

2010 v. 08

**Mensagem aos Formandos**  
*Marco Aurélio Mendes de Farias Mello*

**Princípios constitucionais sobre direitos humanos**  
*Ives Gandra da Silva Martins*

**Considerações sobre o desafio da magistratura contemporânea na  
implementação dos direitos humanos fundamentais**  
*Óriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto*

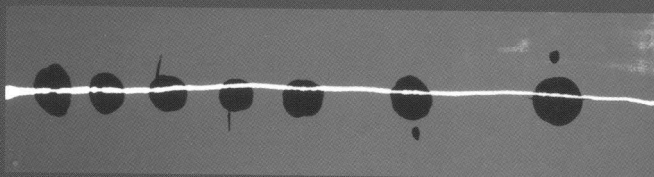
**Mediação extrajudicial em matéria penal**  
*Leandro de Castro Folly*

# SUMÁRIO

- 5** Apresentação
- 9** Mensagem aos Formandos  
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello
- 11** Princípios constitucionais sobre direitos humanos  
Ives Gandra da Silva Martins
- 25** Súmula Vinculante nº 5: a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo não ofende a constituição  
Stênio Ribeiro de Oliveira e Allan Alexandre Mendes Gonçalves
- 55** Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento  
Rodrigo Carneiro Gomes
- 83** A fraude à lei no Direito Tributário Brasileiro  
Edino Cezar Franzio de Souza
- 105** Considerações sobre o desafio da magistratura contemporânea na implementação dos direitos humanos fundamentais  
Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto
- 131** Mediação extrajudicial em matéria penal  
Leandro de Castro Folly
- 141** Súmula Vinculante nº 9 - A perda dos dias remidos pelo cometimento de falta grave: os motivos para a inconstitucionalidade da Súmula Vinculante nº 9  
Antonio Malva Neto
- 167** Normas para colaboradores

*Revista de*  
*Estudos Criminais*

Publicação do Instituto Transdisciplinar de  
Estudos Criminais, com apoio do Programa  
de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS



## DOCTRINA NACIONAL

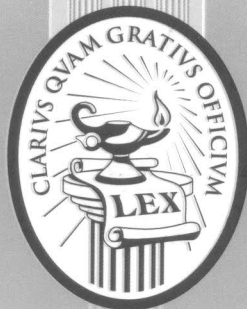
- 09 Uma Análise da (In)Constitucionalidade da Proibição Legal da Liberdade Provisória na Lei de Tóxicos: Um Breve Panorama a Partir dos Precedentes dos Tribunais Superiores  
*(Marcelo Marcante Flores e Raccius Twbow Potter)*
- 27 A Maldição das Raças: Criminologia e Direito Penal na Obra de Raimundo Nina Rodrigues  
*(Mario Davi Barbosa)*
- 51 Desconstruindo a Ordem Pública e Reconstruindo a Prisão Preventiva  
*(Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo)*
- 59 Direitos Humanos e Políticas Públicas  
*(Elizabeth Cancelli)*
- 69 Mitos e Verdades Sobre a Detecção da Mentira e as Suas Implicações Forenses  
*(Silvio José Vasconcellos, Roberta Salvador Silva, Kamêni Jung Rolim e Sonia Liane Reichert Rovinski)*

## DOCTRINA ESTRANGEIRA

- 87 Hábeas Corpus: Derecho de los Derechos  
*(Fernando M. Machado Pelloni e Antonio Beristain Ipiña)*
- 125 La Reacción de Los Conservadores de La Izquierda Punitiva Española en las Reformas Penales de Los Años 90  
*(Fábio Félix Ferreira e Salvador Cutiño Raya)*

Nova Série Ano 13 n.º 26

Julho/Dezembro 2010



# REVISTA DO IASP

INSTITUTO DOS ADVOGADOS  
DE SÃO PAULO

Em destaque: Improbidade Administrativa



|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO .....   | 5   |
| <b>I. HOMENAGEM A MIGUEL REALE</b>   |     |
| 1. O significado da vida e obra de Miguel Reale<br>CLÁUDIO DE CICCIO.....  | 9   |
| <b>II. DOCTRINA NACIONAL</b>   |     |
| 1. O programa de pesquisa sobre a política e o direito como ciência e o problema das condições de emergência e estabilidade da cooperação entre indivíduos interagentes: a construção do Estado de Direito e a heurística do contratualismo<br>CAROLINA LEISTER E JOSÉ RAYMUNDO NOVAES CHIAPPIN..... | 17  |
| 2. Erro médico e iatrogenia: considerações sobre seus efeitos<br>ELIAS FARAH.....  | 59  |
| 3. A dignidade da gestante e a interrupção da gravidez do feto anencéfalo<br>FERNANDO CAMPILONGO PINHEIRO FRANCO .....   | 99  |
| 4. O fiador injustiçado na locação<br>NELSON KOJRANSKI.....  | 129 |
| 5. Aspectos relevantes das alterações à Lei do Inquilinato – Lei 12.112, de 09.12.2009<br>RAFAEL MARIANGELO E ISABEL MARIANGELO .....  | 147 |
| 6. Apontamentos sobre a união estável<br>TIAGO BANA FRANCO.....  | 205 |
| <b>III. SEÇÃO ESPECIAL: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>   |     |
| 1. Improbidade administrativa e política<br>DIRCÉO TORRECILLAS RAMOS.....  | 219 |

|  |     |
|--|-----|
| 2. Corrupção e modos de governo: desafios para a democracia  |     |
| FLÁVIA SCHILLING .....   | 241 |
| 3. A incoerência da previsão de ato de improbidade administrativa na modalidade culposa e a consequente inconstitucionalidade do art. 10 da Lei 8.429/1992   |     |
| ISABEL MARINANGELO .....   | 261 |
| 4. Improbidade administrativa  |     |
| MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES .....  | 281 |
| 5. Apontamentos à improbidade administrativa   |     |
| RICARDO CASTILHO.....  | 297 |
| 6. Lei 8.429, de 2 de junho de 1992  |     |
| <i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências</i> ..... | 317 |

#### IV. PARECER

|   |     |
|---|-----|
| 1. Tabela de honorários instituída pela Lei 8.906/1994 para ser observada pela Ordem dos Advogados do Brasil – Incompetência dos órgãos disciplinadores da concorrência econômica para interferir na remuneração do advogado – Advocacia não é mercancia – Honorários advocatícios não estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor |     |
| IVES GANDRA DA SILVA MARTINS .....  | 329 |

#### V. NOTAS

|  |     |
|--|-----|
| 1. Carta ao Conselho Nacional de Justiça |     |
| IVETTE SENISE FERREIRA.....              | 345 |
| 2. Mácula indelével                      |     |
| IVETTE SENISE FERREIRA.....              | 347 |

|                         |     |
|-------------------------|-----|
| CONSELHOS DO IASP ..... | 351 |
|-------------------------|-----|

|  |     |
|--|-----|
| NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... | 359 |
|--|-----|

# Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco



Volume 9

Número 1

2008

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO.....  | 7   |
| DOCTRINA .....   | 9   |
| <b>Indevidos reflexos penais da inobservância, pelo Poder Judiciário, do princípio da legalidade estrita no Direito Eleitoral. Exigência de comprovante de residência para inscrição de eleitor ou transferência de título. Análise de caso.</b> |     |
| Rafael Cavalcanti Lemos.....   | 11  |
| <b>A qualidade da democracia</b>   |     |
| Sídia Maria Porto Lima.....  | 21  |
| <b>Para quê as juntas eleitorais? Seu papel face à informatização do processo eleitoral no Brasil</b>  |     |
| Daniel Auto de Albuquerque.....  | 51  |
| <b>A vida pregressa do pretense candidato como hipótese de inelegibilidade</b>   |     |
| Cristiane Cavalcanti Barreto Campello.....   | 73  |
| <b>Da inconstitucionalidade do exercício simultâneo da atividade advocatícia com cargo de magistrado em corte eleitoral.</b>   |     |
| João Manoel Alves Henriques.....   | 100 |
| RESOLUÇÕES DO TRE-PE .....   | 121 |
| JURISPRUDÊNCIA .....   | 175 |
| ÍNDICES .....  | 455 |
| Índice Alfabético .....  | 457 |
| Índice Numérico .....  | 481 |

# Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Número 12/01 Ano 22/23  
Dezembro/2010 Janeiro/2011

## Tópicos Jurídicos

Aspectos da competência dos Juizados  
Especiais da Fazenda Pública  
Oscar Valente Cardoso

Limites imanentes à substituição processual na fase  
de cumprimento das ações coletivas  
André Dias Fernandes

Menor sob guarda e direito à pensão previdenciária  
Renato Martins Prates

## Ponto de Vista

A reforma do CPP — breves considerações  
sobre o projeto aprovado pelo Senado  
José Pimentel Neto

## Artigos Doutrinários

A delimitação do nexu causal: os influxos da teoria da imputação objetiva  
Fernando Capez

O controle de constitucionalidade dos tratados internacionais  
Camila Carolina Damasceno Santana

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Editorial</b>  | <b>17</b> |
| <b>Juramento</b>  | <b>19</b> |
| <b>Epígrafe</b>   | <b>21</b> |
| <b>Ponto de Vista</b>   | <b>23</b> |
| <b>A reforma do CPP – breves considerações sobre o projeto aprovado pelo Senado, 23</b><br>José Pimentel Neto   |           |
| <b>Artigos Doutrinários</b>   | <b>25</b> |
| <b>A delimitação do nexu causal: os influxos da teoria da imputação objetiva, 25</b><br>Fernando Capez  |           |
| <b>O controle de constitucionalidade dos tratados internacionais, 35</b><br>Camila Carolina Damasceno Santana   |           |
| <b>Tópicos Jurídicos</b>  | <b>53</b> |
| <b>Aspectos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, 53</b><br>Oscar Valente Cardoso   |           |
| <b>Limites imanentes à substituição processual na fase de cumprimento das ações coletivas, 55</b><br>André Dias Fernandes   |           |
| <b>Menor sob guarda e direito à pensão previdenciária, 60</b><br>Renato Martins Prates  |           |
| <b>Inovações Legislativas</b>   | <b>67</b> |
| <b>Lei 12.341, de 1º de dezembro de 2010, 67</b><br>Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.  |           |
| <b>Lei 12.344, de 9 de dezembro de 2010, 68</b><br>Altera a redação do inciso II do art. 1.641 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aumentar para 70 (setenta) anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime da separação de bens no casamento.   |           |
| <b>Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, 69</b><br>Fixa critério para instituição de datas comemorativas.   |           |
| <b>Lei 12.347, de 10 de dezembro de 2010, 70</b><br>Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.   |           |
| <b>Lei Complementar 137, de 26 de agosto de 2010, 71</b><br>Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; altera dispositivos da Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, da Lei Complementar 126, de 15 de janeiro de 2007, do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, do Decreto-Lei 261, de 28 de fevereiro de 1967, e da Lei 4.594, de 29 de dezembro de 1964; revoga dispositivos da Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, da Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. |           |

**Corte Especial — Concurso público. Previsão de lotação ideal de varas federais. Inexistência de lei. Impossibilidade de nomeação. Surgimento de vaga após o término do prazo de validade do concurso anterior, 77**

Numeração única: 0038040-76.2006.4.01.0000

Mandado de Segurança 2006.01.00.038868-4/TO

Relator: Desembargador Federal Carlos Olavo

**Primeira Seção — Ex-combatente. Pensão especial. Violação a dispositivo de lei. Erro de fato. Ocorrência, 81**

Numeração única: 0010609-33.2007.4.01.0000

Ação Rescisória 2007.01.00.011281-2/MT

Relator: Juiz Federal Renato Martins Prates (convocado)

**Segunda Seção — Ação declaratória. Nulidade de título. Prejudicialidade. Não ocorrência. Ajuizamento da rescisória por quem não foi parte da ação cujo acórdão pretende ver rescindido, 83**

Numeração única: 0054997-84.2008.4.01.0000

Ação Rescisória 2008.01.00.054549-9/MT

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

**Terceira Seção — Condenação em honorários advocatícios. Cabimento. Inconstitucionalidade da Medida Provisória 2164-41/2001, 87**

Numeração única: 0049597-55.2009.4.01.0000

Ação Rescisória 2009.01.00.053301-8/BA

Relator: Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo (convocado)

**Quarta Seção — Conselho de fiscalização do exercício profissional (Economia). Anuidades devidas até o pedido de cancelamento, 89**

Numeração única: 0059176-27.2009.4.01.0000

Ação Rescisória 2009.01.00.061874-4/AM

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

**Primeira Turma — Execução por título judicial. Prescrição. Termo *a quo*. Trânsito em julgado do título exequendo, 93**

Numeração única: 0013909-32.2009.4.01.0000

Apelação Cível 2009.01.00.014218-9/MT

Relator: Juiz Federal Charles Renaud Frazão de Moraes (convocado)

**Segunda Turma — Sindicato. Retenção de honorários advocatícios. Ausência de vínculo contratual entre os servidores substituídos e o patrono da causa, 95**

Numeração única: 0032679-78.2006.4.01.0000

Agravo de Instrumento 2006.01.00.030622-0/RO

Relator: Desembargador Federal Francisco de Assis Betti

**Terceira Turma — Ação civil por ato de improbidade administrativa. Professor de Universidade Federal. Regime de dedicação exclusiva. Sanções. Princípio da proporcionalidade, 97**

Numeração única: 0009976-98.2003.4.01.3803

Apelação Cível 2003.38.03.010390-1/MG

Relator: Desembargador Federal Tourinho Neto

**Quarta Turma — Prisão em flagrante. Pedido de liberdade provisória. Prova da materialidade. Indícios de autoria. Reiteração delitiva. Paciente primário e com residência fixa. Alegação de ocupação laboral lícita. Garantia da ordem pública, 102**

*Habeas Corpus* 0063392-94.2010.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

**Quinta Turma**— Responsabilidade civil. Dano moral. Participação no Enade. Aluno não inscrito. Colação de grau. Possibilidade. Conduta do formando, 106

Numeração única: 0000723-81.2005.40.1.3200

Apelação/Reexame Necessário 2005.32.00.000725-1/AM

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

**Sexta Turma** — Auto de infração. Falta de especificação, na ATPF, do número da nota fiscal e da data do carregamento. Ilegalidade. Lei 9.605/1998, art. 46. Tipificação de crime ambiental. Possibilidade de aplicação de penalidade pela Administração, 110

Numeração única: 0000083-94.2005.4.01.4100

Apelação Cível 2005.41.00.000102-3/RO

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

**Sétima Turma** — Quebra de sigilo bancário. Não comprovação de recusa a acesso a registros públicos. Falta de interesse de agir. Extinção sem julgamento do mérito, 114

Numeração única: 0005452-30.2008.4.01.3400

Apelação Cível 2008.34.00.005492-0/DF

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

**Oitava Turma** — Majoração de taxa ou preço público para registro de diploma de curso superior, expedido por instituições públicas e particulares de ensino. Abusividade. Legitimidade ativa do Ministério Público Federal, 117

Numeração única: 0006421-84.2005.4.01.4100

Apelação Cível na Ação Civil Pública 2005.41.00.006448-7/RO

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

## Decisões Monocráticas

125

Existência de posterior pronunciamento da Corte Especial deste Tribunal acerca de idêntica questão constitucional arguida. Declaração de inconstitucionalidade do art. 29-C da Lei 8.036/90, incluído pela MP 2164-40, de 26/07/2001. Manifesta perda do objeto, 125

Arguição de Inconstitucionalidade 230418820014013300/BA

Relatora: Desembargadora Federal Assusete Magalhães

Discussão sobre a constitucionalidade da incidência da contribuição social sobre o terço constitucional de férias pagos aos policiais civis do Distrito Federal. Determinação de exclusão da União do polo passivo e declinação da competência. Julgamento do feito pela Justiça do Distrito Federal e Territórios, 126

Agravo de Instrumento 0057439-52.2010.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Determinação para que o MP efetuasse o pagamento dos honorários periciais, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do feito. Entendimento de que não compete ao *Parquet* o depósito de tal verba, que não tem personalidade jurídica própria, 128

Agravo de Instrumento 0068709-73.2010.4.01.0000/MG

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

## JEFS em Revista

131

Auxílio doença. Antecipação de tutela. Ação julgada improcedente. Devolução dos valores pagos. Impossibilidade. Verba alimentar, 131

Recurso Inominado: 2006.38.00.707846-2/MG



Relator: Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa

**Auxílio doença. Aposentadoria por invalidez. Incapacidade total e definitiva. Qualidade de segurado comprovada. Doença preexistente. Agravamento do quadro clínico, 132**

Numeração única: 0024301-07.2009.4.01.3500

Recurso JEF: 2009.35.00.702927-2/GO

Relator: Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros

**Direito da autora ao pagamento dos valores descontados em favor do Funsa e que excederam a alíquota de 3%. Prescrição dos valores descontados anteriores aos dez anos que antecederam o ajuizamento da ação, 134**

Numeração única: 0034151-56.2007.4.01.3500

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 2007.35.00.708781-1/GO

Relatora: Juíza Federal Maria Lúcia Gomes de Souza

**Gratificação de Estímulo a Docência – GED. Extensão a inativos. Natureza impessoal da vantagem, 135**

Numeração única: 41671-69.2009.4.01.3800

Recurso Inominado 2009.38.00.710942-3/MG

Relator: Juiz Federal Jader Alves Ferreira Filho

## Breviário

137

**Confira outros julgamentos do TRF 1ª Região, cujos inteiros teores poderão ser consultados na internet ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br))**

Concurso vestibular. Não aprovação dentro do número de vagas. Pedido de matrícula e indenização. Improbidade administrativa. Violação a literal disposição de Lei não configurada. Documento novo não apresentado. Erro de fato não comprovado.

Defensor constituído. Abandono da causa. Aplicação de multa. CPP, art. 265. Afronta ao princípio do contraditório.

Ação cautelar de atentado. Violação de imissão na posse.

Ação proposta sob o rito ordinário. Pedido julgado improcedente. Honorários advocatícios. Art. 20, § 4º, CP. Ofensa.

Reajuste de benefício. Junho de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. IGP-DI. Inaplicabilidade.

Benefício previdenciário. Implantação. Antecipação de tutela. Obrigação de fazer. Fazenda pública. Multa diária. Possibilidade.

Servidor público civil. Divórcio. Alimentos. Renúncia. Postulação posterior. Necessidade superveniente. Impossibilidade.

Serviço público. Licença maternidade. Lei 11.770/2008. Prorrogação por 60 (sessenta dias). Possibilidade. Decreto 6.690/2008.

Crime de desobediência. Ordem judicial. Ameaça de prisão em flagrante. Incompetência da autoridade coator no exercício da jurisdição cível. Precedentes.

Sonegação fiscal. Contribuição previdenciária. Auxílio alimentação. Pagamento *in natura*. Não incidência. Pagamento integral. Extinção da punibilidade. Falsificação de documento público. Potencialidade lesiva diversa. Princípio da consunção. Inaplicabilidade.

Restituição de coisa apreendida. Origem lícita e desinteresse ao processo.

Concurso público. Prazo para recurso no final de semana. Lei 9.784/1999. Impossibilidade.

Multa aplicada pelo Ministério da Agricultura. Fiscalização de produto de origem animal. Estabelecimento varejista. Falta de competência. Anulação do auto de infração.

Matrícula em dois cursos de graduação. Lei 12.089/2009. Vedação.

Transporte rodoviário interestadual de passageiros. Necessidade de autorização do Poder Público para exploração. Empresa não permissionária.

Exclusão do polo passivo de coobrigados. Manutenção da cobrança contra a massa falida. Questão incidental. Recurso cabível: agravo de instrumento. Interposição de apelação: erro inescusável.

Ex-sócia excluída da relação processual ao fundamento de ilegitimidade passiva *ad causam*. Condição de administradora e responsabilidade pessoal não comprovadas no período a que se refere a cobrança.

Direito controvertido com valor inferior a 60 salários-mínimos. Trânsito de veículo fora dos limites da Amazônia Ocidental. Termo de responsabilidade. Prazo excedido. Descumprimento da obrigação. Impossibilidade de suspensão da isenção do IPI.

Defensores públicos do Estado da Bahia. Pagamento de anuidade à OAB. Lei Complementar nacional 80/1994 e Lei Complementar do Estado da Bahia 26/2006. Inscrição na OAB. Exigência. Legitimidade.

---

**Repositórios Oficiais de Jurisprudência,** **145**

---

**Normas de Envio de Artigos Doutrinários e Tópicos Jurídicos à Revista,** **147**

---

# Revista Jurídica®

---

ANO 58 – DEZEMBRO DE 2010 – Nº 398

## REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

## FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

## DIRETORES

Marco Antônio Coutinho Paixão

Luiz Antônio Duarte Aiquel

## CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich

Anderson Vichinkeski Teixeira – Antonio Janyr Dall'Agnol Jr.

Araken de Assis – Arruda Alvim – Carlos Alberto Molinaro

Cezar Roberto Bitencourt – Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustárroz

Darci Guimarães Ribeiro – Eduardo Arruda Alvim

Eduardo de Oliveira Leite – Eduardo Talamini – Ênio Santarelli Zuliani

Fátima Nancy Andrichi – Freddie Didier Junior

Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior

Ingo Wolfgang Sarlet – Jefferson Carús Guedes

J.J. Calmon de Passos (*in memoriam*) – João José Leal

José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner

José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci

Juarez Freitas – Lúcio Delfino – Luis Guilherme Aidar Bondioli

Luís Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin

Luiz Guilherme Marinoni – Luiz Manoel Gomes Junior

Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena

Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)

Ovídio Araújo Baptista da Silva (*in memoriam*)

Paulo Luiz Netto Lôbo – Rolf Madaleno – Salo de Carvalho

Sergio Cruz Arenhart – Sérgio Gilberto Porto

Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira

---

# SUMÁRIO

---

07 *Editorial*

*Doutrina Cível*

- 11 Teori Albino Zavascki  
*(Ação Civil Pública: Competência para a Causa e Repartição de Atribuições Entre os Órgãos do Ministério Público)*
- 25 Luiz Guilherme Marinoni  
*(Os Precedentes na Dimensão da Segurança Jurídica)*
- 43 Joel Felipe Lazzarin  
*(Tutela Específica na Ação de Cumprimento de Contrato)*
- 61 Michael César Silva e  
Vanessa Santiago Fernandes de Matos  
*(Lineamentos do Princípio da Boa-Fé Objetiva no Direito Contratual Contemporâneo: Uma Releitura na Perspectiva Civil-Constitucional)*

*Doutrina Penal*

- 93 Joerberth Pinto Nunes  
*(O Paradoxo Entre a Expansão do Direito Penal e o Princípio da Ultima Ratio)*
- 105 Leonel Fagundes Carivali  
*(Informação e Intimidade: Breves Considerações Sob a Ótica do Direito Penal)*

*Jurisprudência Cível*

- 131 Superior Tribunal de Justiça
- 137 Superior Tribunal de Justiça
- 143 Superior Tribunal de Justiça

151 Ementário Cível

*Jurisprudência Penal*

173 Supremo Tribunal Federal

183 Ementário Penal

*Sinopse de Mudanças Legislativas*

191 Legislação Relevante de Dezembro de 2010  
(Ementário)

*Índice Alfabético-Remissivo*

193 Cível

195 Penal

# Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

---

Ano VII

*Número 39*

---

Repositório Autorizado de Jurisprudência  
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

## Editores

Fábio Paixão  
Rogério Rodrigues  
Veruscka Diab  
Walter Diab

## Diretores

Ana Maria Paixão  
Fábio Paixão  
Luiz Antonio Paixão  
Rogério Rodrigues  
Tuchaua Rodrigues

## Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover – Álvaro Villaça Azevedo – Araken de Assis  
Arnaldo Rizzardo – Arnaldo Wald – Athos Gusmão Carneiro  
Carlos A. Alvaro de Oliveira – Clito Fornaciari Júnior – Ênio Santarelli Zuliani  
Fredie Didier Júnior – Giselda M. F. Novaes Hironaka  
Humberto Theodoro Júnior – Ives Gandra da Silva Martins  
João Baptista Villela – José Carlos Barbosa Moreira – José Roberto F. Gouvêa  
José Rogério Cruz e Tucci – Luiz Guilherme Marinoni – Maria Berenice Dias  
Pablo Stolze – Rodrigo da Cunha Pereira – Sílvio de Salvo Venosa – Voltaire Marênsi

## Colaboradores deste Volume

Álvaro Villaça Azevedo – Bruno Garcia Redondo – Ênio Santarelli Zuliani  
Flávio Tartuce – Fredie Didier Jr. – Humberto Theodoro Júnior – Ivan Nunes Ferreira  
Júlio César Ballerini Silva – Leonardo José Carneiro da Cunha  
Maria Berenice Dias – Renato de Magalhães Dantas Neto – Sílvio de Salvo Venosa

# Sumário

## Doutrina

1. O Mandado de Segurança Coletivo em Cotejo com as Ações Coletivas Constitucionais  
*Humberto Theodoro Júnior* ..... 5
2. O que Fazer com o Condômino Antissocial que Não Muda o Comportamento Nocivo, Apesar das Multas Aplicadas?  
*Ênio Santarelli Zuliani* ..... 25
3. Admissibilidade de Agravo a Despeito de Ausência de Peça Obrigatória – O Julgamento do Agravo 1.322.327/RJ pela 4ª Turma do STJ  
*Fredie Didier Jr., Leonardo José Carneiro da Cunha e Bruno Garcia Redondo* ..... 32
4. Acertos e Desacertos no Novo CPC  
*Ivan Nunes Ferreira* ..... 35
5. Contornos Atuais e Novas Questões sobre a Prova Documental no Processo Civil Brasileiro – O Anteprojeto de Código de Processo Civil  
*Júlio César Ballerini Silva* ..... 38
6. Do Papel ao Byte – A Nova Aparência do Processo Judicial do Século XXI  
*Renato de Magalhães Dantas Neto* ..... 56

## Em Evidência

1. Homoafetividade e o Direito  
*Sílvio de Salvo Venosa* ..... 81
2. Emenda Constitucional do Divórcio  
*Álvaro Villaça Azevedo* ..... 88
3. O Estatuto da Ética  
*Maria Berenice Dias* ..... 97
4. Sucessão do Companheiro – O Polêmico Artigo 1.790 do CC e suas Controvérsias Principais  
*Flávio Tartuce* ..... 101

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Morte de Preso sob Custódia do Estado. Conduta Omissiva. Responsabilidade Objetiva. Responsabilidade Civil do Estado  
*Relª Minª Carmen Lúcia* ..... 112

|   |     |
|---|-----|
| 2. Superior Tribunal de Justiça – Indenização Destinada aos Filhos Menores de Idade. Movimentação dos Recursos Financeiros. Possibilidade, desde que Comprovada a Necessidade<br><i>Rel. Min. Massami Uyeda</i> .....   | 116 |
| 3. Superior Tribunal de Justiça – Execução. Embargos de Terceiro. Sentença que Rejeita os Embargos não Suspende a Execução<br><i>Rel. Min. Aldir Passarinho Junior</i> .....  | 123 |
| 4. Superior Tribunal de Justiça – Competência. Ação de Indenização por Danos Morais Ajuizada em Face de Colega de Trabalho. Ilícito Civil Extracontratual. Artigo 114, VI, da CF. Inaplicabilidade<br><i>Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino</i> .....         | 126 |
| 5. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Refugiado. Regular Processo Administrativo. Condição Não Reconhecida. Poder Judiciário. Impossibilidade de Intervir para Modificar a Decisão da Administração<br><i>Rel. Juiz Fed. João Pedro Gebran Neto</i> ..... | 129 |
| 6. Divergência Jurisprudencial .....  | 137 |
| 7. Ementário .....  | 138 |
| 8. Julgados da OAB – CF/TED .....   | 158 |
| Sinopse Legislativa .....   | 162 |
| Destaques dos Volumes Anteriores.....   | 163 |
| Índice Alfabético-Remissivo .....   | 164 |



# Revista SÍNTESE

## DIREITO DE FAMÍLIA

ANO XII — Nº 63 — DEZ-JAN 2011

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA  
Superior Tribunal de Justiça — Nº 46/2000

### DIRETOR

Elton José Donato

### GERENTE EDITORIAL

Maria Líliliana C. V. Polido

### EDITOR

Simone Costa Saletti Oliveira

### CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Villaça Azevedo, João Baptista Villela, Priscila M. P. Correa da Fonseca,  
Sérgio Matheus Garcez, Sérgio Resende de Barros

### COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Ênio Santarelli Zuliani, Flávio Tartuce, Geraldo Claret de Arantes, Helena de Azeredo Orselli,  
José Aldízio Pereira Júnior, Maria de Fátima Freire de Sá, Melissa Telles Barufi,  
Renata Malta Vilas-Bôas, Rodrigo Santos Neves, Sérgio Matheus Garcez,  
Sérgio Resende de Barros, Taisa Maria Macena de Lima, Waldyr Grisard Filho

**Assunto Especial****DIREITO DE VISTA E CONVIVÊNCIA FAMILIAR****DOCTRINAS**

1. Reflexões Acerca do Direito Fundamental do Filho à Convivência com o Genitor Que Não Detém Sua Guarda  
Helena de Azeredo Orselli ..... 7
2. A Importância dos Princípios Específicos do Direito das Famílias  
Renata Malta Vilas-Bôas ..... 28
3. Nova Lei Protege o Direito de Visita  
Melissa Telles Barufi ..... 38

**JURISPRUDÊNCIA**

1. Acórdão na Íntegra (STJ) ..... 43
2. Ementário ..... 58

**EM POUCAS PALAVRAS**

1. A Criança e o Direito à Convivência Familiar  
Geraldo Claret de Arantes ..... 65

**Parte Geral****DOCTRINAS**

1. Direitos Humanos Familiares  
Sérgio Resende de Barros ..... 67
2. A Crise da Família e o Surgimento dos Novos Direitos Protetivos da Criança e do Adolescente  
Sergio Matheus Garcez ..... 79
3. Aspectos Polêmicos da Guarda Compartilhada  
Waldyr Grisard Filho ..... 92
4. Alimentos  
Ênio Santarelli Zuliani ..... 96
5. Elementos Acidentais Que Limitam a Eficácia das Disposições Testamentárias  
Rodrigo Santos Neves ..... 127
6. Autonomia Privada e Internação Não Consentida  
Taisa Maria Macena de Lima e Maria de Fátima Freire de Sá ..... 152

## **JURISPRUDÊNCIA**

### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

|  |     |
|--|-----|
| 1. Superior Tribunal de Justiça .....            | 166 |
| 2. Superior Tribunal de Justiça .....            | 173 |
| 3. Tribunal de Justiça de Minas Gerais .....     | 178 |
| 4. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....    | 184 |
| 5. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul..... | 186 |
| 6. Tribunal de Justiça de São Paulo .....        | 192 |
| 7. Tribunal de Justiça de Santa Catarina .....   | 194 |

### **EMENTÁRIO**

|                                     |     |
|-------------------------------------|-----|
| 1. Ementário de Jurisprudência..... | 198 |
|-------------------------------------|-----|

## **Seção Especial**

### **ESTUDOS JURÍDICOS**

|  |     |
|--|-----|
| 1. Da Sucessão do Companheiro. O Polêmico Artigo 1.790 do Código Civil e Suas Controvérsias Principais<br>Flávio Tartuce ..... | 219 |
|--|-----|

### **COM A PALAVRA, O PROCURADOR**

|   |     |
|---|-----|
| 1. Do Conceito de Grupo Familiar para o Fim de Concessão do Benefício Assistencial<br>José Aldázio Pereira Júnior ..... | 228 |
|---|-----|

|                                |            |
|--------------------------------|------------|
| <b>Clipping Jurídico .....</b> | <b>235</b> |
|--------------------------------|------------|

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| <b>Resenha Legislativa.....</b> | <b>237</b> |
|---------------------------------|------------|

|  |            |
|--|------------|
| <b>Bibliografia Complementar .....</b> | <b>238</b> |
|--|------------|

|  |            |
|--|------------|
| <b>Índice Alfabético e Remissivo .....</b> | <b>239</b> |
|--|------------|

|  |            |
|--|------------|
| <b>Normas Editoriais para Envio de Artigos .....</b> | <b>243</b> |
|--|------------|